

a) Gestão da demanda:

• Grande parte dos gestores públicos tende a tratar problemas de aumento de demanda de transporte público e habitação social, por exemplo, com a tentativa de aumento da oferta de serviços e equipamentos públicos. No entanto, um grande desafio de gestão é uma mudança de postura e de perspectiva de olhar do problema, voltando-se para uma análise mais aprofundada da demanda e de medidas de gerenciá-la, de forma que se possa atacar o problema a partir de sua fonte geradora, uma vez que é insustentável, em alguns casos, o aumento necessário de oferta. 150

b) Integração setorial e regional:

Muitas das decisões de infraestrutura e gestão urbana são feitas de forma não integrada, ou seja, por meio de secretarias distintas, analisando o problema apenas sob uma perspectiva. Entretanto, é preciso ter uma visão mais global das diversas situações, para que se tomem decisões multidisciplinares, que envolvam várias setores de atuação, as quais são mais eficazes, já que atacam um problema por várias frentes distintas. Além disso, é muito importante que haja integração regional, de forma a solucionar problemas de maior escala, como preservação ambiental, abastecimento hídrico, disposição de resíduos sólidos, infraestrutura, flexão de passagens, serviços e mercadorias.

c) Tecnologia:

A tecnologia é uma grande aliada do poder público,

auxiliando em tarefas como fiscalizações, monitoramento de obras de obras, integrações de sistemas administrativos, aumento da transparência pública, dentre outros benefícios. No entanto, é um grande desafio acompanhar e implementar tecnologias, seja por seu custo de implementação, seja pela mão de obra para operação.

→ Análise final: A infraestrutura urbana é essencial para a atração de investimentos econômicos para uma cidade. A principal frente de atuação urbanística que proporciona desenvolvimentos econômicos se trata dos transportes de massa. Ter uma rede viária estruturada e que suporte o fluxo de veículos possui uma rede ferroviária e metropolitana, tanto urbana quanto intermunicipal são essenciais para o desenvolvimento local.

Questão 2.) O aluguel social se trata de uma política alternativa aos modelos convencionais de provisão de unidades habitacionais (geralmente em áreas periféricas, que não produzem urbanidade nem cidade). Países como o França e outros da Europa tiveram sucesso em experiências com esse tipo de política, onde o Estado é proprietário de um imóvel, e cobra aluguéis subsidiados para a população de baixa renda, evitando a especulação e o desperdício de habitação, que continuam sendo do Estado. Esses imóveis podem abrigar as famílias de baixa renda e podem se localizar em áreas de maior infraestrutura de transporte, mais próximas dos postos de trabalho, do que as unidades habitacionais construídas em massa em áreas desenvolvidas e distantes. Essa política encontra resistência de movimentos sociais que lutam pela casa própria, ideal da cultura que relaciona a casa própria com independência e estabilidade, e vê o pagamento do aluguel, mesmo que subsidiado, como uma privação, seguindo a lógica completamente compreensível de que a população pobre tem o mesmo direito à casa própria de que a restante da população. Muitas vezes os movimentos também preferem o aluguel social, outra política diferente de aluguel social, porque o aluguel social paga um valor por a família, de 400 reais mensais, após ela ser removida de seu local de assentamento. Essa política constitui um ônus excessivo aos cofres públicos, que inviabilizam a continuidade desse procedimento. O aluguel social, portanto, é visto pelos movimentos com bons olhos por se diferenciar de todas essas problemáticas do aluguel social do MCMV e do aluguel social por um custo gerado desde se encontra respaldado na população. A própria política possui modalidades distintas, pode envolver também o inquilino privado que constrói um novo edifício e faz sua gestão, tendo as locatárias a preferência de compra do imóvel ao final de um prazo de 30 anos. Contudo, que ~~esse~~ sem o ônus do aluguel excessivo, a população pode se desinteressar economicamente e profissionalmente, vivendo em um bom ambiente que seria

a ser salubere. Respe a divisão também se a gestão do edifício, tanto feita pela prefeitura ou pelo ente privada, será de fato bem realizada, e se a população viria de fato a pagar este tipo aluguel, visto as questões culturais em particular as já mencionadas.

3) a) A metropolização ocorre quando municípios limítrofes, contíguos ou não, desenvolvem interdependência entre si como um único núcleo urbano enquanto a conurbação baseia-se na expansão física dos municípios limítrofes de modo a formar uma única mancha urbana, sem distinção visual dos limites entre eles.

b) A metropolização pode gerar o crescimento periférico inadequado com terrenos clandestinos e favelização, com população vivendo em condições insalubres, sem saneamento básico, o que também ocorre nos cortiços. A favelização também pode vir a ocorrer em áreas de proteção ambiental, levando a impactos ambientais, sendo que tais áreas podem até ser de risco.

Impactos ambientais também podem ser gerados pelo desenvolvimento das indústrias das metrópoles.

Outra consequência da concentração das moradias na periferia é o sobrecarregamento dos modos de transporte, ocasionando trânsito elevado e lotação do transporte público.

c) Para a gestão metropolitana, há o PDU (Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado) estipulado no Estatuto da Metrópole e que visa estabelecer as diretrizes para o desenvolvimento urbano de forma integrada entre os municípios de uma região metropolitana de modo a focar nos benefícios para a região como um todo e não cada município individualmente, levando em conta aspectos como macrozoneamento e participação popular.

Outros instrumentos são o convênio de cooperação (que pode ser

público-público ou público-privado) e o consórcio público (que pode ser entre quaisquer entes da esfera pública: município-Estado, Estado-União, município-Estado-União), que baseia-se em um ente fornecer capital e/ou pessoas a outro ente para que este último seja responsável por certo serviço metropolitano, como é o caso do consórcio do ABC.

Questão 4: a) O planejamento regional (estímulo à integração) consiste no conjunto de diferentes parcelas e regiões do Brasil. Sua execução é bastante dificultada em decorrência da diversa extensão territorial e variáveis nas características socioeconômicas de regiões brasileiras, o que dificulta a existência de uma solução unificada e simples. Outros agravantes são a carência de políticas públicas e privadas de desenvolvimento regional integrado (existem, mas não são o suficiente) e o caráter municipalista da constituição de 1988. O Brasil precisa ser mais POLICÊNTRICO e proporcionar o desenvolvimento integrado de suas regiões.

b) Algumas das possíveis consequências positivas de políticas regionais em escala municipal são o aproveitamento hídrico, interligações estruturais e sanitárias, integração de sistema energético entre municípios. Em uma escala mais maciça, a integração regional pode se dar por meio de desenvolvimento e incentivo a áreas rurais e sua interligação comercial com polos que demandam seus produtos, incentivo à regionalização como um todo, e não apenas polos, o que prejudica o desenvolvimento estrutural do país.